CRÓNICA VISÃO ELECTRÓNICA
Nº 136 / 2011-08-25
http://www.gestaodefraude.eu

Nuno Moreira

> > O Risco de Fraude nas organizações e a necessidade (urgente) de o gerir

Os últimos "Fraud Survey" da multinacional de auditoria e consultoria *Ernst & Young*, entre outras conclusões, mostram-nos que as Empresas estão a privilegiar actualmente a redução e racionalização de custos em detrimento de outras importantes funções, nomeadamente, aquelas que poderão ajudar a uma adequada gestão do risco de fraude nas organizações.

Estes estudos internacionais mostram-nos também que, além da mitigação do risco de fraude não ser uma prioridade, desde logo pela conjuntura que vivemos, aquelas empresas que o fizeram, concretizam-no de uma forma que, muitas vezes, não clarifica devidamente a responsabilidade interna pela sua gestão. Falta definir adequadamente os papéis e responsabilidades de quem, directa ou indirectamente, deve estar implicado nesta importante missão. A sensibilidade dos gestores de topo à gestão deste risco não tem sido efectiva porque persistem em olhar para a correspondente despesa apenas numa perspectiva, de *non-revenue generating functions*.

É um facto que a fraude nas organizações, que ocorre dentro de portas ("ocupacional"), tem um peso relevante no seu negócio, muitas vezes silencioso porque o respectivo risco não é avaliado nem quantificado. Em Portugal, o OBEGEF estima que representará cerca de 10% do volume de negócios.

Também não é menos verdade que o "Fraudster" começa por testar o sistema, avaliando oportunidades, identificando portas abertas à perpetração da fraude; fá-lo com pequenas fraudes, aumentando gradualmente à medida que vai sendo bem sucedido nos primeiros "testes". A ser bem sucedido sistematicamente, as fraudes vão aumentando sucessivamente de ordem de grandeza, o impacto na organização pode ser devastador e levar mesmo à sua insolvência; já para não referir os efeitos nefastos no sector de actividade, na economia e sociedade.

Consequentemente, pode estar uma organização muito preocupada em reduzir e racionalizar os seus custos e, silenciosamente, pode estar a desenhar-se no seu horizonte uma situação de

insolvência que irá decorrer de uma fraude anunciada mas não esperada.

E, só na última década, temos vindo a assistir a Fraudes em organizações que se assumiram como verdadeiros escândalos financeiros, um pouco por todo o mundo e que vieram a ditar precisamente a sua falência.

Será sempre de atender ao risco de fraude e à sua gestão, independentemente de outras preocupações e inerentes prioridades que uma organização tenha. A sustentabilidade de uma empresa passa necessariamente (cumulativamente) pela gestão de risco de fraude.

Mesmo afastando do cenário uma consequente insolvência, o próprio desempenho económico de uma empresa, em virtude do referido peso de 10% no negócio que se estima para este tipo de fraude, pode ser significativamente afectado. Pode ser a diferença entre ter lucro ou prejuízo; pode ser a diferença entre uma tesouraria mais "confortável" ou mais "apertada".

Concluindo, o risco de fraude é mesmo para ser gerido e, comparativamente com as consequências possíveis de não o fazer, seguramente compensará!

De que forma? Preferencialmente, recorrendo a especialistas verdadeiramente independentes, posicionando-os na Organização ao mais alto nível (*tone at the top*).

E já os temos em Portugal! Por exemplo, o já citado Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) agrega grande parte deles, certificados internacionalmente e provenientes de várias áreas do conhecimento.

A fraude é um fenómeno multifacetado que obriga a uma abordagem multidisciplinar. Só com uma abordagem multidisciplinar se conseguirá minimizar este risco tão relevante na vida das empresas.

A Auditoria "tradicional" (interna e externa) ajuda certamente mas não chega, não está verdadeiramente vocacionada para este fenómeno!